

SANTIAGO, CHILE

AB-2108  
CII/AB-757  
19 março 2001  
Original: espanhol  
inglês

PALAVRAS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DA  
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*José Antonio Ocampo*

1. Desejo agradecer o convite do Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, para que me dirija a esta Assembléia de Governadores. A realização desta Assembléia em Santiago, sede da nossa instituição, nos permitiu empreender com o Banco importantes atividades conjuntas. Desejo também felicitar as autoridades do Chile pela organização deste evento e pela hospitalidade demonstrada aos participantes. Por nosso lado, não podemos deixar de reiterar nosso profundo agradecimento a este belo país, anfitrião da nossa Comissão há mais de meio século.
2. Em dias passados, houve importantes discussões e reflexões sobre os fatores que impedem a nossa Região de crescer nos ritmos desejados e de alcançar maiores níveis de competitividade internacional. As reflexões sobre esses temas têm, obviamente, profundas implicações para o desenvolvimento social, assunto que tem forte presença nos debates, tal como em ocasiões anteriores.
3. A análise da década passada, na América Latina e no Caribe, mostra progressos dignos de nota, tanto nos campos econômico, social e político, mas também revela uma série importante de temas pendentes, num ambiente de luzes e sombras, conforme indica um documento recente da CEPAL. No campo econômico, constatamos importantes progressos no tocante à correção dos déficits fiscais, ao aumento do gasto público social, à redução da inflação, ao crescimento das exportações, ao resgate e aplicação de novos processos de integração regional e à atração de fluxos de investimento estrangeiro direto. Entretanto, o crescimento econômico médio da Região continua inferior aos níveis alcançados nas três décadas anteriores à crise da dívida e ao nível que a CEPAL

considera desejável e necessário para a superação dos graves problemas de pobreza e desigualdade que afligem a nossa Região. Esse fato, unido a tensões distributivas geralmente adversas, explica por que esse crescimento só se refletiu numa modesta redução dos níveis de pobreza, que continuam sendo superiores aos registrados antes da crise da dívida.

4. Na Declaração do Milênio, das Nações Unidas, no ano 2000, os chefes de Estado manifestaram a necessidade de “conseguir que a mundialização se converta em força positiva para todos os habitantes do mundo”. À luz dos fatos mencionados, é evidente que este é o grande desafio que a nossa Região enfrenta.

5. A primeira resposta a esse desafio é uma estabilidade maior dos ritmos de crescimento econômico. Os grandes progressos alcançados em termos de inflação e ajuste fiscal não se refletiram concretamente na estabilidade desses ritmos. Por esse motivo, a CEPAL vem reiterando a necessidade da adoção de uma visão mais ampla da estabilidade macroeconômica que considere tanto o controle da inflação como a diminuição da volatilidade do crescimento. Na realidade, a situação regional indica que essa volatilidade, igual que nos ambientes inflacionários, gera estratégias microeconômicas defensivas que prejudicam o investimento produtivo. A política macroeconômica tradicional, bem como a regulamentação prudencial dos setores financeiros e dos fluxos de capital, devem adotar uma orientação claramente anticíclica, a fim de evitar desajustes durante os períodos de auge dos mercados internacionais de capital e dotar assim a política macroeconômica de maiores margens para a administração dos períodos de crise.

6. A grande limitação que as autoridades enfrentam nesta matéria é, sem dúvida, a crescente perda de autonomia da política macroeconômica, que se torna especialmente onerosa num ambiente de volatilidade financeira internacional, conforme demonstra novamente a conjuntura atual. Por isso, a possibilidade da execução de políticas orientadas para a moderação dos efeitos dos ciclos financeiros internacionais depende estritamente das ações destinadas a atenuar essa volatilidade e a desenvolver instituições financeiras internacionais mais fortes. Por isso, gostaria de reiterar a importância de manter uma presença ativa da nossa Região nos debates internacionais sobre a reforma do sistema financeiro internacional, inclusive nos que estão sendo levados a efeito no âmbito das Nações Unidas. Em 2002, será realizada no México a consulta mundial da ONU sobre o financiamento do desenvolvimento, cuja reunião preparatória regional foi organizada pelo Governo da Colômbia, com o apoio da CEPAL e do BID, em novembro último.

7. Contudo, a consolidação dos avanços registrados na frente macroeconômica – entre os quais estão os relacionados com a estabilidade do crescimento – não é suficiente por si só. Na verdade, o desenvolvimento produtivo dinâmico não parece resultar automaticamente de uma boa macroeconomia. Por esse motivo, a elaboração de políticas ativas de desenvolvimento produtivo, com novos instrumentos, próprios das economias abertas e com predomínio da empresa privada, é um dos grandes desafios institucionais

que a nossa Região enfrenta. Esses novos instrumentos devem servir claramente para garantir maior penetração nos mercados internacionais, para criar e complementar mercados e para desenvolver novas formas de associação público-privada, tanto no nível local como no nacional e no regional.

8. Permitam-me sublinhar dois elementos essenciais desse desafio. O primeiro é a promoção da inovação, no sentido amplo do termo, que inclui a inovação tecnológica, especialmente hoje a informática e a biotecnologia, bem como o apoio à criação de empresas, o financiamento de novas empresas e atividades produtivas, a conquista de novos mercados, a divulgação de novas formas de gestão e comercialização e o desenvolvimento de novas fontes de matéria-prima. O segundo elemento é a promoção de todo tipo de complementariedade entre empresas, com vistas à construção da competitividade sistêmica. Numa época em que a penetração nos mercados de exportação é objetivo prioritário e em que a Região já alcançou certo êxito nesse sentido, essas ações devem orientar-se de preferência para o aumento dos conteúdos nacionais ou regionais das vendas externas, para que o desenvolvimento da exportação gere maior ritmo de crescimento econômico.

9. O desenvolvimento de políticas de inovação e de fomento de complementariedade é o núcleo das políticas de desenvolvimento produtivo para as economias de hoje. Por último, desejo assinalar a importância que este esforço deve atribuir à ativa participação das microempresas e das empresas pequenas e médias. A promoção de qualquer forma de inovação, nessas empresas, bem como de encadeamentos produtivos que permitam que elas participem, direta ou indireta, no desenvolvimento dos setores de exportação, constitui por conseguinte uma clara prioridade. Ao assim dizer, reconhecemos também que os esforços por melhorar as condições distributivas de nossas sociedades incluem o rompimento irremediável da heterogeneidade estrutural própria dos nossos sistemas produtivos, que tem se agudizado de maneira evidente na última década. Além disso, reconhecemos que a política social, por si só, não é suficiente para romper os mecanismos de exclusão social característicos de nossas sociedades. Para poder produzir frutos, a política social deve estar apoiada tanto por uma boa macroeconomia, que contribua para a estabilização dos ritmos de crescimento econômico, como por estratégias ativas de desenvolvimento produtivo.

10. Essas breves considerações, que se referem especificamente ao crescimento econômico e à competitividade internacional, naturalmente não esgotam a agenda do desenvolvimento. Os resultados da última década, em parte frustrantes, deram origem a um debate positivo que enriqueceu essa agenda. Surgiram novas ênfases, entre as quais as que são dadas à importância do desenvolvimento institucional, aos sistemas de proteção social e ao “sentido de propriedade” das políticas de desenvolvimento. E, principalmente, surgiu com vigor o pleno reconhecimento de que o desenvolvimento tem objetivos mais amplos do que o próprio crescimento econômico: os direitos humanos, a democracia, o desenvolvimento social, a equidade de gênero, o respeito à diversidade étnica e cultural e a proteção do meio ambiente. Essa é a ampla tarefa que enfrentam os governantes dos nossos países e as instituições regionais como o Banco Interamericano de

Desenvolvimento e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Os senhores podem contar com nossa decidida contribuição para este grande esforço regional.